
Do puzzle à collage

Da collage à bricolage

EURAU'12

ABSTRACT. As Panerai (1986) stated, the magnitude of the problems posed by contemporary urbanization, makes us work from the ordinary production. Urban structures are the result of a process based on multiple autonomous interventions. Understanding how each individual project shall participate on the production of large scale urban structures involves the understanding of those processes: its actors, its dynamics, its rules, its contexts. Different processes should imply different attitudes from architects who design each intervention. During the last decades, urbanization processes have changed profoundly. And yet, it seems that the models which guide the design of its elements are still linked to traditional systems of urban growth. Puzzle, Collage and Bricolage are three metaphors which describe three different kinds of urbanization processes, and are proposed as apparatus to reason on which is the architect's role on those processes.

KEYWORDS: urbanization processes, extensive urbanization, intelligibility, fragmentation, housing developments, crisis.

Nuno Travasso*

** Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n, 4150-755 Porto, Portugal. ntravasso@arq.up.pt
+351 226 057 100*

1. Introdução

1.1. Do papel do arquitecto na produção de estruturas urbanas

“Haia, como qualquer outra cidade, é feita, fundamentalmente por casas iguais. Estas casas alinham-se em ruas, neste caso rectas. [...] Aqui e ali há um aberto. Poderá ser um jardim ou um edifício significativo para a cidade – um monumento. Para nós, arquitectos, raramente há a possibilidade, a oportunidade, de desenhar um desses monumentos. Na maior parte dos casos – e às vezes sempre, durante toda a vida – desenhamos os edifícios que fazem o tecido contínuo de uma cidade. Há portanto, basicamente, uma repetição. [...]

De qualquer modo, a beleza e a grandeza dos monumentos depende da qualidade deste tecido contínuo que é encarado como pouco significativo ou modesto.”

Álvaro Siza Vieira iniciava assim, em 1990, uma famosa conferência na qual sublinhava a necessidade do arquitecto reconhecer e assumir o seu papel na produção do tecido urbano, determinante do carácter e da identidade da cidade. Um tecido urbano feito daquele que é o material mais banal da urbanização – a habitação corrente – com base num processo de repetição.

O presente artigo parte da reflexão sobre este modo de participação do arquitecto no processo de urbanização. Pergunta-se: como deve o arquitecto participar – através do projecto de intervenções pontuais e de carácter corrente – na construção de estruturas mais vastas e possuidoras de um sentido próprio? Uma questão que terá de ter em conta a condição contemporânea e os actuais processos de urbanização, e que se estende, por implicação directa, a outros actores e procedimentos envolvidos no processo. Segue-se assim o repto de Panerai, que afirma que a magnitude dos problemas que a urbanização coloca actualmente nos obriga a *“trabalhar a partir da produção corrente, quer dizer, com o financiamento normal, com processos construtivos usuais e com profissionais de qualidade média”* (1986. 181).

1.2. Dois deslocamentos

Procurando reenquadrar a questão, propõem-se dois deslocamentos de contexto em relação ao cenário descrito por Álvaro Siza:

– **1º. alteração de contexto físico:** Quando saímos dos centros canónicos e consolidados e nos debruçamos sobre a urbanização extensiva – maioritária tanto em extensão como em população – constatamos que os modelos estabelecidos, que nos servem de base à acção projectual, deixam de ser operativos enquanto instrumentos de actuação nesses contextos. **Deixamos de saber como fazer.**

– **2º. alteração de contexto económico:** A actual crise deixou claro que não temos nem a necessidade nem os recursos para a construção massiva de novos fogos, levando ao reconhecimento de que o imobiliário residencial não pode continuar a ser entendido como força motriz da urbanização. **Deixamos de saber o que fazer.**

1.3. Metáfora enquanto ferramenta

Judith Kinnard sublinha a importância da metáfora enquanto instrumento no seio das disciplinas urbanísticas. A metáfora, refere, *“oferece-nos uma imagem mental das redes abstractas [...] que conformam o fenómeno urbano enquanto algo concreto e compreensível”* (1998. 17). E *“é porque as metáforas nos ajudam a produzir sentido a partir da realidade, transformando conceitos abstractos em coisas concretas, que elas parecem ser dispositivos necessários ao nosso pensamento sobre cidades”* (ibid. 20).

Mas as metáforas não podem ser vistas apenas como figuras ilustrativas ou explicativas. Elas *“assumem o controlo da situação com a sua terminologia e as suas ferramentas”*. Algo especialmente claro no desenho urbano, cuja *“natureza abstracta [...] parece tornar tanto os seus processos como os seus produtos particularmente susceptíveis à acção destas figuras de discurso.”* (ibid. 17). Ou seja, as metáforas oferecem interpretações do real, conferindo-lhe sentido(s). E serão, em grande parte, tais interpretações a guiar e conformar o modo como arquitectos e urbanistas intervêm nessa realidade.

O presente artigo parte de três metáforas – *puzzle*, *collage* e *bricolage* – entendidas enquanto descritores de três atitudes do arquitecto no que concerne à sua participação na produção de estruturas urbanas, a partir do projecto de intervenções pontuais. Três atitudes que decorrem de processos de transformação do território distintos, resultantes, por seu lado, de diferentes contextos.

2. Do Puzzle à Collage

O *puzzle* parte de uma imagem da qual são recortadas as peças. O objectivo é a reconstrução dessa imagem predefinida. Aqui, *“o elemento não preexiste ao conjunto, não é mais imediato nem mais antigo, não são os elementos que determinam o conjunto, mas o conjunto que determina os elementos [...] só as peças reunidas tomarão um carácter legível, assumirão um sentido.”* (PEREC, 1989[1978]. 13).

Ao contrário, a *collage* parte de elementos autónomos preexistentes e com lógicas próprias que se articulam no sentido de criar uma nova unidade. Não há uma imagem predefinida a reproduzir; não há um fim a atingir. O resultado é aberto e redefina-se no seu todo a cada nova adição. E por isso, nunca está terminado, tal como nunca está incompleto.

2.1. Novas peças, novo jogo

Afirmava Siza que uma cidade é *“feita, fundamentalmente, por casas iguais”*. No entanto, quando olhamos para a urbanização extensiva do noroeste nacional, percebemos que *esta cidade* é feita, fundamentalmente, por loteamentos (e operações urbanísticas equiparáveis). E a esta alteração da peça elementar da urbanização corresponde uma profunda alteração nas lógicas e processos de transformação do território.

Estamos hoje longe do urbanismo de traçados. O processo de urbanização não pode já ser visto como a sucessiva adição de pequenos elementos – *casas iguais* – que se associam a uma estrutura existente – *ruas* – construindo uma imagem previamente determinada, como se de um *puzzle* se tratasse. O jogo é outro e não oferece uma imagem final a perseguir impressa na tampa da caixa.

A peça base deixa de ser o edifício e passa a ser o empreendimento de maior escala, que garante a rentabilidade da operação. Este não só traz novas tipologias e novas escalas de desenho e de intervenção. Passa também a integrar, numa mesma operação, parcelamento, infra-estruturação e ocupação (SILVA, 2005). E, ao incorporar edificado e conjunto de espaços públicos, deixa de poder ser entendido enquanto elemento que se associa a uma estrutura existente, passando a constituir-se como parte construtora dessa estrutura. A definição da estrutura urbana, competência que nos modelos canónicos pertenceria ao Estado, transfere-se assim, em parte, para os promotores privados – em especial num momento em que os poderes públicos não revelam capacidade de assumir a sua construção, ou simplesmente o seu traçado.

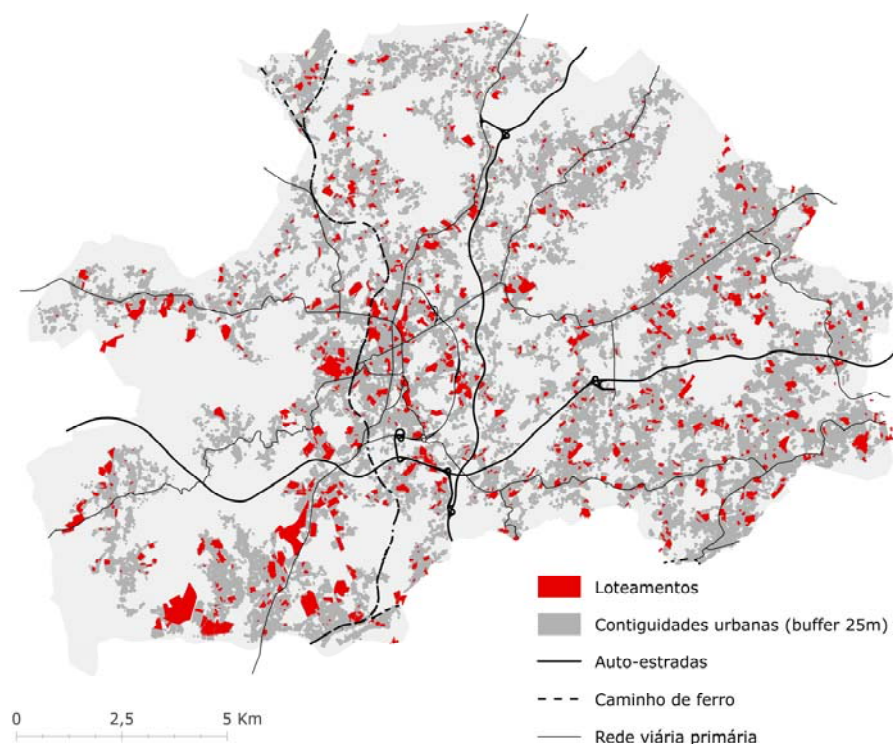


Fig.1 – Loteamentos em Vila Nova de Famalicão

A estrutura urbana vai então sendo definida pela sucessão de operações de urbanização autónomas, que têm revelado sérias dificuldades em se articular entre si, e em se relacionar com a sua envolvente directa, no sentido de produzir estruturas contínuas e inteligíveis para quem as percorre.

Algo que decorrerá, em parte, das lógicas que determinam o desenho destas peças: assentes em modelos genéricos, determinados e testados pelo mercado imobiliário, e baseados em princípios de segurança, exclusividade e distinção que tendem a sublinhar a autonomia do produto (MUXI, 2004).

Mas a referida falta de articulação não resulta apenas de tais modelos. Nada no modo como os processos de urbanização estão definidos e regulados contribui para

que estas peças interajam entre si com vista a participarem activamente na produção de estruturas inteligíveis à escala territorial. Ou seja, os sistemas de planeamento e gestão não souberam antecipar, acompanhar ou responder às alterações verificadas nas lógicas de transformação do território.

2.2. Fragmentação: no território e nos processos

Analisando o processo de urbanização responsável pela transformação do território do noroeste nacional nas últimas décadas, deparamo-nos com um estranho paradoxo:

Por um lado, possuímos um sistema de ordenamento que parte do princípio de que o Estado deve dirigir directamente a totalidade do processo de urbanização, servindo-se para tal de um amplo conjunto de planos que cobrem todas as escalas. Verifica-se, no entanto, uma clara dificuldade na sua implementação. Os planos de escala mais aproximada (PU e PP), aos quais caberia a formalização e implementação das estratégias determinadas pelos planos que os antecedem, acabaram por corresponder a um conjunto limitado de casos de excepção, pouco relevante na dimensão do território urbanizado. (SÁ, 1998).

Por outro lado, as estruturas urbanas existentes resultam em grande parte da sucessão de loteamentos que, ainda que legais, se desenvolvem à margem do sistema de planeamento. Vejamos:

Criado em 1965, o *loteamento urbano* veio permitir aos privados desencadear operações de urbanização. Sucessivamente simplificado, acabou por se assumir como *“um mecanismo de substituição da Administração pelos particulares no exercício de funções de planeamento e gestão urbanística”* conforme se afirma no preâmbulo do Regulamento Jurídico da Urbanização e Edificação (D-L 555/99). Na prática, o loteamento acabou por se estabelecer como substituto dos planos de escala mais aproximada, dado permitir atingir os mesmos efeitos (excepção feita à capacidade que os planos têm de alterar planos de escala superior) de um modo muito mais simplificado e eficaz (MAGALHÃES, 2007).



Fig.2 - Loteamentos e fragmentação

No entanto, e apesar do seu papel na produção de espaço urbano, o loteamento nunca foi encarado enquanto parte do sistema de planeamento. Na verdade parece ser entendido como um elemento inócuo que se associa a uma estrutura estabilizada, como se de um edifício se tratasse. Aliás, os licenciamentos de operações de edificação e de loteamentos urbanos são actualmente regulados pelo mesmo diploma legal (D-L 555/99), levando a que a sua aprovação tenda a limitar-se à mera verificação da conformidade regulamentar. Não existe, por regra, nenhum momento de negociação ou partilha de decisão com as entidades públicas, no que toca ao traçado de cada operação de loteamento.

O resultado é uma clara disfuncionalidade:

- Por um lado, os promotores e projectistas que desenham cada fragmento, não são capazes de os definir enquanto partes construtoras de um sistema mais vasto, sobre o qual não têm uma ideia clara que lhes permita saber qual o papel que deveriam desempenhar na sua produção.

- Por outro lado, as entidades gestoras do território, a quem cabe definir a estratégia para o dito sistema urbano, não têm capacidade de intervir directamente no desenvolvimento de cada um desses projectos.

Considera-se, por isso, não ser possível afirmar que a imagem de fragmentação resultante se deva à figura do loteamento em si mesma, mas antes à ausência de mecanismos de mediação que permitam integrar estas peças na produção de estruturas de escala superior (PORTAS, 2007). Tratar-se-á, portanto, de uma questão de desadequação dos processos de planeamento e gestão correntes.

2.3. Em busca de novos processos

A passagem do *puzzle* à *collage*, obriga à passagem de um de planeamento assente na definição prévia de uma imagem a atingir, para formas de regulação apostadas em encontrar mecanismos de articulação entre as peças que vão sendo propostas, procurando conjugá-las na produção de sistemas inteligíveis. Uma passagem, portanto, da definição de um desenho, para a criação de um processo: a partir da definição clara dos objectivos, cria-se um quadro comum e um conjunto de regras que deverão enquadrar e promover a acção dos diferentes agentes. Aos poderes públicos caberia o papel de regular o sistema, desencadeando e articulando dinâmicas, limitando disfuncionalidades e incoerências (ASCHER, 2010[2001]).

Daí que se proponha um ordenamento mais baseado na gestão quotidiana das pretensões urbanísticas. Uma gestão próxima e propositiva, fundada no diálogo e no compromisso entre gestores municipais, promotores e projectistas, assente na convergência de interesses: procurar uma solução capaz de promover uma maior qualidade de vida aos habitantes, valorizando o empreendimento e a sua envolvente (PORTAS, TRAVASSO, 2011. 180-186).

Tal alteração obrigaria a reequacionar o papel dos diferentes intervenientes e o modo como se relacionam:

- O reconhecimento do papel da iniciativa privada na urbanização obriga a que os promotores assumam tal responsabilidade, participando activamente na construção dos sistemas urbanos cujos princípios são determinados pelas entidades públicas, e predispondo-se a desenvolver – em conjunto com o município – as soluções que melhor sirvam a sua materialização.

- Tal cenário, implica que o município assumira um novo papel face ao promotor. Já não o de fiscal ou juiz, mas o de uma figura semelhante à do cliente: aquele que possibilita, promove, incentiva, mas também aquele que lidera o processo e exige

qualidade. O gestor teria assim um papel mais activo na direcção de cada projecto, procurando a melhor forma de o integrar na estratégia prevista. Teria igualmente acrescidas responsabilidades no processo de planeamento, dado que cada nova adição corresponderia à reconfiguração de todo o sistema, obrigando a caminhar para um planeamento de carácter processual, contínuo e reflexivo, tal como proposto por Ascher (2010[2001]).

- Nesta perspectiva, o arquitecto projectista surgiria numa posição privilegiada para se estabelecer como mediador na negociação entre gestor e promotor – entre a estratégia do conjunto e as lógicas inerentes ao empreendimento; entre o interesse colectivo e o interesse privado – propondo possibilidades de compromisso através do desenho. Interesses distintos, e aparentemente divergentes, são traduzidos, articulados e compatibilizados através da síntese promovida pelo projecto, renovando a importância de um papel ao qual o arquitecto está acostumado: compatibilizar os interesses do cliente ou empregador com a preocupação de contribuir para um melhor espaço urbano e para o bem-estar daqueles que o habitam – princípio fundamental do exercício da profissão, plasmado no regulamento de deontologia a que o arquitecto se encontra obrigado (ORDEM DOS ARQUITECTOS, 2001).

3. Da Collage à Bricolage

Max Ernst descreve o mecanismo da *collage* enquanto “*acoplamento de duas realidades aparentemente inacopláveis sobre um plano que não lhes convém*” (1996[1936]. 432). Parte-se, portanto, de entidades existentes e autónomas que se adicionam a uma composição à qual são originalmente estranhas.

Ao contrário, na *bricolage*, os materiais e instrumentos disponíveis para a acção limitam-se àqueles que se encontram no local. O processo assenta na produção de uma nova entidade com base na reconfiguração dos materiais existentes que, nesse acto, passam a assumir novos significados. (LÉVI-STRAUSS, 2008[1962])

3.1. Game over (?)

A ideia de *collage*, tal como é aqui apresentada, descreve um processo de urbanização assente na sucessiva adição de novas peças, que tem por força motriz o sector imobiliário. Um processo que é agora posto em causa pela crise que atravessamos.

Para além dos efeitos circunstanciais – que conduzem a uma temporária ausência generalizada de investimento – a actual crise económica e financeira precipitou o fim do modelo de crescimento nacional. Um modelo com fim anunciado, por exaustão de recursos (já em mutação desde o final da década de 90), dominado pela produção de bens não transaccionáveis, com especial destaque para o sector da construção (redes infra-estruturais, equipamentos públicos, promoção imobiliária), alimentado por fundos comunitários e empréstimos bancários (FIGUEIREDO, 2012). Encontramo-nos então face a uma mudança de paradigma no que toca a modelos económicos que influenciará, necessariamente, os processos de urbanização. Algo que não é exclusivo do contexto nacional. Alain Bourdin fala do *fim de um ciclo* e da necessidade do desenvolvimento de novas formas de actuação para um *urbanismo depois da crise* (2011[2010]).

Todo o cuidado é aconselhável no que toca à análise de dados estatísticos. Médias nacionais e regionais uniformizam assimetrias locais e, sobretudo, nem sempre

desocultam eficazmente a multiplicidade de factores e causas de que resultam os números. Parece no entanto seguro afirmar que estamos perante uma relativa saturação do mercado residencial. De acordo com o Censos 2011 (INE) contam-se em Portugal um total de 5.865.390 alojamentos, perfazendo uma média de 1,45 alojamentos por família, dos quais 12,5% (734.846) se encontram vagos.

Compreende-se assim que se verificasse já desde o ano 2000 uma diminuição, lenta mas contínua, da promoção de nova habitação. Algo que corresponderia a uma progressiva mutação do sector, marcada pela diminuição do peso relativo do segmento da construção de nova residência (principal segmento até 2008) a ser compensada pelo expectável aumento da reabilitação (NUNES, 2011). A crise trouxe a estagnação do mercado e precipitou esta mutação, produzindo dramáticas alterações no tecido empresarial: manifesta na diminuição do número de empresas e de empregos, assim como na alteração da estrutura e modelo de negócio das empresas. Um conjunto de legislação, recente ou ainda em preparação (Regime do Arrendamento Urbano, Lei dos Solos, Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo) visa ainda incentivar a referida mudança.

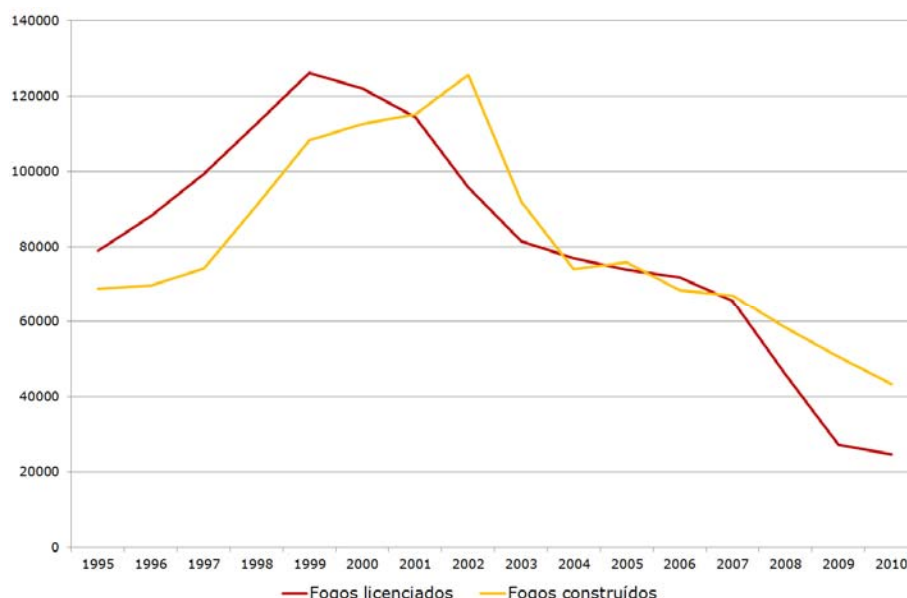


Fig.3 – Decréscimo da promoção imobiliária residencial

O momento que atravessamos não pode por isso ser entendido como um mero tempo de desaceleração do investimento. Estamos face a uma alteração dos paradigmas no sector imobiliário e, por isso, também nos processos de urbanização. Não é possível, neste momento, saber qual será a nova peça base da transformação do território nos contextos da urbanização extensiva; também porque não é claro qual o modelo de negócio que a irá sustentar. Mas tudo aponta para um menor peso da construção nova e para operações de menor escala, sem o mesmo potencial para participar activamente na produção das estruturas urbanas.

3.2. O desafio da Reurbanização

Nuno Portas sublinhou recentemente a necessidade de uma aposta na *reurbanização*, termo que “conota o processo de completar, refazer e melhorar as redes de suporte e espaçamento dos conjuntos edificados existentes ou potenciais urbanizações deficitárias da cidade extensiva” (PORTAS, TRAVASSO, 2011. 164). Ou seja, após um tempo de expansão, impõe-se um tempo de consolidação.

É um repto que contraria o discurso corrente, demasiado focado na reabilitação dos núcleos históricos, e que aponta um desafio de extrema dificuldade, dada a vastidão das áreas em causa, as quais são marcadas por uma urbanização que não possui nenhum dos factores de diferenciação que viabilizam o referido processo de reabilitação dos centros históricos, em curso. (TRAVASSO, 2012)

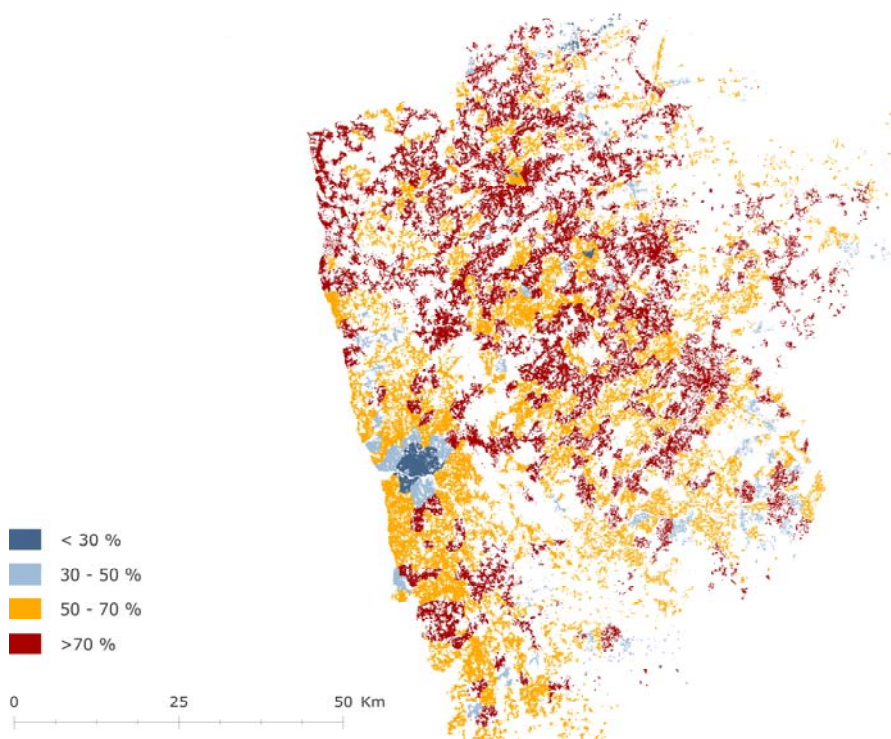


Fig.4 – Percentagem de edifícios construídos após 1970, face ao total de edifícios

Trata-se, no entanto, de uma acção urgente. Algo que se torna claro quando estimados os *custos da inacção*, tal como aconselha João Ferrão (2012). Sabemos que a urbanização que se estende para lá dos centros tradicionais é francamente maioritária e caracterizada por uma construção em geral pouco qualificada e bastante recente, fruto da expansão das últimas décadas. E será esta enorme massa de construção a entrar agora em processo de degradação, se nada for feito em contrário. Uma degradação acentuada por diversos factores:

- A baixa atractividade destes alojamentos faz com que se vão tornando devolutos. As actuais tendências de mercado, polarizadas entre a reabilitação em áreas de

grande excepcionalidade e a procura de habitação nova que garanta todos os níveis de conforto exigidos, parecem deixar de fora esta enorme fatia do parque imobiliário.

- Esta falta de atractividade conduz a um baixo valor do produto final, que não deixa margem para o investimento necessário à sua reabilitação, tornando a requalificação do edificado e áreas envolventes pouco rentável, nestes contextos.

- O facto de uma parte – minoritária mas significativa – deste parque imobiliário corresponder a edifícios de habitação multifamiliar, dificulta também a sua reabilitação ou substituição, já que tais operações obrigam ao acordo dos vários proprietários.

- A desvalorização repentina do imobiliário, tem levado muitos proprietários a reter os imóveis na expectativa de uma alteração do contexto que lhes permita minorar as perdas, o que acentua a estagnação do mercado e a degradação do edificado.

- Multiplicam-se os empreendimentos em fase de construção que, dada a alteração de conjuntura, estagnaram por previsível falta de compradores ou falência do promotor, entrando em imediato processo de deterioração, por incompletude ou simples falta de uso.



Fig.5 – Novas ruínas

Apesar das dificuldades do sector da promoção imobiliária e da dramática redução dos meios públicos – e apesar do discurso actualmente tido por consensual (e o investimento que o segue) se focar quase exclusivamente na reabilitação dos núcleos históricos – defende-se a urgência de encontrar formas de intervenção capazes de impedir a instalação de um processo de abandono e deterioração em grande escala, e de promover a requalificação e consolidação da urbanização existente, valorizando-a e aumentando a sua atractividade. A factura de não desencadear desde já esta acção poderá revelar-se demasiado alta.

3.3. Em busca de novas atitudes

Procura-se, portanto, novas fórmulas para uma acção adequada ao desafio da reurbanização.

Tais fórmulas exigem novas atitudes de planeamento e gestão, apostadas até agora em controlar e distribuir uma força de crescimento, sempre dada por adquirida e que agora desvanece. Sieverts sublinha a necessidade de uma posição mais activa e criativa da parte das entidades públicas (2003[1997]. 122), que deverão ser capazes de promover os processos necessários à revalorização pretendida. Processos participados que mobilizem todos os actores disponíveis: num momento de escassos recursos e dinâmicas, todos eles deverão ser mobilizados para um objectivo partilhado, algo que exige rever o papel dos diferentes intervenientes, tal como defendido no ponto 2.3.

Estes novos processos exigem aos arquitectos que neles participem um novo posicionamento, mais atento ao existente. *“Pensamos que o existente emerge como um suporte poderoso da imaginação. As cidades acumularam matéria suficiente, e estão quase sempre em processo de mutação [...] Prolongar as estruturas existentes, somar, agregar, unir, ampliar, sobrepor, montar para construir algo novo é muito eficaz: a infra-estrutura urbana, arquitectónica e paisagística já está aí, há apenas que aproveitá-la”* (LACATON, VASSAL, 2011. 173)

De facto, tudo aponta para a necessidade de uma atitude projectual em que o campo de acção tenda a limitar-se à (re)utilização dos materiais e instrumentos encontrados no local. Materiais físicos: infra-estruturas, edificado, vigas de madeira, blocos de pedra, árvores, relevo, linhas de água... Mas também os regulamentos e processos existentes, os actores locais, as dinâmicas sociais e económicas instaladas, as oportunidades.

Neste sentido, Marta Labastida (2010, 2012) propõe o termo *bricolage* enquanto descritor de um *modo de relação* com o território que se estende à análise, definição do problema, projecto, construção e posterior apropriação.

Uma atitude que não parte de modelos prefigurados: projecto e processo inventam-se a partir das condições encontradas, com base numa relação próxima e atenta à realidade concreta, que nega a habitual mediação – entre o arquitecto e o projecto; entre o arquitecto e a realidade – por modelos abstractos e generalizáveis.

Uma atitude de carácter processual, que encara a intervenção como momento de uma contínua mutação do território que o antecede e prolonga. A intervenção não visa, assim, a criação de um produto final, mas a produção de dispositivos que potenciem a transformação futura, e que permitam e mobilizem a acção de outros actores.

Bricolage descreveria então um modo de acção, por parte do arquitecto, adequado aos processos de reurbanização que aqui se propõem como resposta aos desafios que se desenham para o futuro próximo.

Um modo de acção que abre um amplo campo de investigação e experimentação que urge percorrer.

Legendas

Fig.1 – Loteamentos em Vila Nova de Famalicão. Representa as áreas das parcelas relativas a processos de loteamento urbano, de acordo com dados fornecidos pela Câmara Municipal. Os loteamentos são sobrepostos a uma mancha representando as principais contiguidades urbanas, obtida com base num *buffer* de 25m ao edificado. Imagem do autor.

Fig.2 – Loteamentos e fragmentação. Dois exemplos: Valongo e Moreira da Maia. Imagens: <http://www.bing.com/maps/>.

Fig.3 – Decréscimo da promoção imobiliária residencial. Evolução do número de fogos licenciados e alojamentos construídos, entre 1995 e 2010, em Portugal. Dados do INE. Gráfico do autor.

Fig.4 – Percentagem de edifícios construídos após 1970, face à totalidade de edifícios actualmente existentes, no Arco Metropolitano do Porto. Dados do INE com base no Censos 2011, à escala da freguesia. Representação com base numa mancha das contiguidades urbanas (áreas resultantes de *buffer* 50m, superiores a 3ha) determinada no âmbito dos estudos conducentes ao Plano Regional do Território – Norte (PROT-N), desenvolvido no CEAU-FAUP, 2007. Imagem do autor.

Fig.5 – Novas ruínas. Dois loteamentos inacabados em processo de degradação em Vila Nova de Famalicão. Fotografias do autor.

Referências citadas

ASCHER, François. *Novos princípios do urbanismo*. in ASCHER. *Novos princípios do Urbanismo seguido de Novos compromissos urbanos: um léxico*. Livros Horizonte, Lisboa, 2010. [pub. original 2001]

BOURDIN, Alain. *O urbanismo depois da crise*. Lisboa, Livros Horizonte, 2011. [pub. original 2010]

ERNST, Max. *Qual é o mecanismo da colagem?* in CHIPP, Herschel. *Teorias da Arte Moderna*. São Paulo, Martins Fontes, 1996. pp.432-433. [pub. original 1936]

FERRÃO, João. *Propor: Quem ordena o território?*. Conferência integrada no ciclo "Geografia e pensamento contraintuitivo". Lisboa, 27 de Março, 2012. <http://www.culturgest.pt/actual/18-geografia.html> [consultado em Março 2012]

FIGUEIREDO, António. *The dual crisis of Portuguese economy and the "tongs effect" on local governance*. Artigo apresentado em "IGU Commission on Geography of Governance Annual Conference 2012: New challenges to local governance". Lisboa, Abril 2012.

INE. *Portal de estatísticas oficiais*. www.ine.pt [consultado em Junho 2012]

KINNARD, Judith. *Contexturing the City: The Bricoleur and the Weaver*. in *The Harvard Architecture Review*, nº10, New York, Princeton Architectural Press, 1998. pp.16-23.

LABASTIDA, Marta. *El Paisaje Próximo: Un fragmento en el paisaje*. in *Actas del III Seminario de Investigación en Urbanismo*. Barcelona, UPC, 2010. p.207-217.

LABASTIDA, Marta. *A Paisagem Próxima: Fragmentos de paisagem do Vale do Ave*. Tese de Doutoramento em curso, Universidade do Minho, 2012.

MAGALHÃES, Francisca. *A territorialização das actividades económicas: Formas e processos de urbanização*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura e à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Porto, 2007.

MUXI, Zaida. *La arquitectura de la ciudad global*. Barcelona, Gustavo Gili, 2004.

NUNES, Catarina. *Perspectivas para o sector da construção*. in GEE, GPEARI. Boletim mensal de economia portuguesa, nº8, Lisboa, Agosto 2011.

ORDEM DOS ARQUITECTOS. *Regulamento de Deontologia*. Lisboa, 2001.

PANERAI, Philippe. *Hacia una estructura urbana: 1975-1985*. in PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. *Formas urbanas: de la manzana al bloque*. Barcelona, Gustavo Gili, 1986. pp.172-182.

PEREC, Georges. *A Vida: modo de usar*. Lisboa, Editorial Presença, 1989. [pub. original 1978]

PORTAS, Nuno. *A regulação urbanística da arquitectura*. in J.A., nº226, 2007. pp.18-21.

PORTAS, Nuno; TRAVASSO, Nuno. *As transformações do espaço urbano: estruturas e fragmentos*. in PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João. *Políticas Urbanas II: transformações, regulação e projectos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. pp.161-230.

SÁ, Manuel Fernandes de. *Planos Operativos de Escala Intermédia: Caracterização técnica e arquitectónica*. Porto, FAUP / DGOT-DU / JNICT, 1998.

SIEVERTS, Thomas. *Cities without cities: An interpretation of the Zwischenstadt*. London, Spon Press, 2003. [pub. original 1997]

SILVA, Cidália. *O Difuso no Vale do Ave*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura e à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Porto, 2005.

SIZA VIEIRA, Álvaro. Conferência inserida no ciclo "FAUP: Discursos sobre Arquitectura". Porto, 23 de Março de 1990.

TRAVASSO, Nuno. *Operações de urbanização de dominante residencial como produtoras de estruturas urbanas mais inteligíveis: Uma questão de processo*. in CASTRO, Eduardo; MARQUES, João; BATISTA, Paulo (ed.). *Actas da 1ª Conferência de Planeamento Regional e Urbano & 11º Workshop da APDR sobre o tema Território, Mercado Imobiliário e a Habitação*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2012.

LACATON, Anne; VASSAL, Jean-Philippe. *La libertad estructural, condición del milagro*. in 2G, nº60, Barcelona, Gustavo Gili, 2011.

Agradecimentos

Ao Professor Álvaro Domingues, pela constante orientação, discussão, crítica e apoio.

Ao Professor Nuno Portas, pelas longas conversas.

À Divisão Municipal de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de V.N. de Famalicão, em especial à Arq^a Francisca Magalhães, pela disponibilidade e fornecimento de informação.

À Dra Marta Martins pela revisão atenta.

A investigação em que se enquadra o presente artigo conta com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de uma Bolsa Individual de Doutoramento.

Biografia

Nuno Travasso (Porto, 1980) é arquitecto, assistente convidado na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, doutorando e investigador do grupo Morfologias e Dinâmicas Urbanas do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da mesma faculdade.

Dedica-se à investigação sobre o papel do projecto de arquitectura nos processos de produção de espaço urbano no contexto contemporâneo, debruçando-se em especial sobre as áreas da urbanização extensiva, programas de dominante residencial, novos modos de habitar e dinâmicas urbanas.

Entre 2007 e 2010 integrou o projecto de investigação "Políticas Urbanas II: Transformações, Regulação e Projectos", desenvolvido no CEAU-FAUP, coordenado pelo Professor Nuno Portas e encomendado e publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Foi colaborador no gabinete do Arq. José Fernando Gonçalves (2003/2004 e 2007/2010), tendo igualmente exercido arquitectura enquanto profissional liberal.